



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 207 / SETEMBRO-OUTUBRO 2021 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 5 **Protecção Civil à beira de um ataque de nervos!**
- 9 **STML & CML – Identificação das profissões de desgaste rápido**
- 12 **A certeza das incógnitas...**
- 13 **Os Reformados e as consequências da pandemia**
- 15 **Livro Verde 2021 – Diagnóstico incompleto sobre o futuro do trabalho**
- 16 **Teletrabalho – que futuro?**
- 17 **Lei do Orçamento de Estado 2022**
- 19 **Autárquicas 2021 – Razões válidas para a mudança em Lisboa**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 207 – SETEMBRO-OUTUBRO 2021

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Adalberto Barreto, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP
DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias
FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project

EDITORIAL

Entramos no último quadrimestre do ano, por sua vez marcado pelo início da discussão sobre a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022. Será durante os meses de Outubro e Novembro que se decidirão importantes assuntos para os trabalhadores do município de Lisboa, câmara e juntas de freguesia, integrados no universo mais vasto da administração pública, mas também para os trabalhadores das empresas municipais.

O que exigimos na **Proposta Reivindicativa Comum**, a entregar ao Governo em fins de Setembro, são respostas às inúmeras reivindicações dos trabalhadores, destacando pela sua importância, o aumento geral dos salários. A luta estará seguramente em cima da mesa nestes próximos dois meses, propositando dar força à negociação que no interior do Parlamento se irá realizar. Organizar, informar e esclarecer, mobilizar e agir, serão as premissas dos sindicatos da Frente Comum neste período tão importante. O STML não será excepção.


Outro momento vital para o futuro dos trabalhadores que este Sindicato organiza, representa e defende, é o acto eleitoral do próximo dia 26 de Setembro. **As eleições autárquicas de 2021** determinarão os responsáveis políticos que nos próximos quatro anos decidirão muito do que concerne à vida dos trabalhadores da cidade de Lisboa. Exercer o nosso direito de voto é uma obrigação, definir em quem votar será determinado, naturalmente, pelo livre arbítrio de cada um, sabendo e nunca esquecendo quem de facto esteve ao nosso lado e nos acompanhou em todas as lutas, em contraponto àqueles que sempre contribuíram para a degradação das nossas condições de vida, ora por inércia consciente ou acção deliberada na retirada de rendimentos e direitos.

Na realidade muito própria da Câmara Municipal, muitos são os problemas que afectam os trabalhadores da limpeza urbana ou protecção civil. No primeiro caso prevê-se reunir ainda em Setembro com os responsáveis da Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), enquanto que no segundo caso se aguarda pela chegada do(a) novo(a) vereador(a) que resultará das eleições de 26 deste mês.

Nas juntas de freguesia, para além do acompanhamento sobre a aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade, avança-se nos processos negociais visando a celebração de um novo ACEP. Não esquecemos o problema da precariedade que volta a ganhar contornos inaceitáveis em determinadas freguesias. A denúncia e o combate a esta prática revelarão, mais cedo do que tarde, as formas que julgarmos oportunas.

Nas empresas municipais, a perspectiva de aumentos salariais neste ano apresenta-se pobre ou mesmo nula. Na GEBALIS, o respectivo CA propõe 10€ de aumento, enquanto que na EGEAC se desconhece por enquanto quais os montantes concretos. Na SRU e no MARL, trabalha-se quase exclusivamente no objectivo de alicerçar e institucionalizar um Acordo de Empresa (AE). Em todas estas realidades, será a organização e a luta dos trabalhadores o principal motor para as conquistas que se pretendem alcançar. O Sindicato fará o seu papel, mas os trabalhadores não ficam dispensados de assumir o seu, o mais relevante sem dúvida.

Por último, sublinhar novamente a importância em votar no próximo dia 26 de Setembro, exercendo um direito que durante 48 anos nos foi negado. Defender a democracia, trabalhar para a aperfeiçoar e conduzi-la num sentido mais de acordo com o disposto na Constituição da República, é uma responsabilidade e obrigação de todos.



Quase concluído o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores dos Espaços Verdes

Durante o mês de Julho o STML esteve com os trabalhadores-jardineiros de todas as instalações dos Espaços Verdes da autarquia. O objectivo passou por actualizar o respectivo Caderno Reivindicativo que expõe e exige respostas aos problemas deste serviço público municipal, quer na dimensão dos seus profissionais, quer em termos de edificado e condições de trabalho.

Neste sentido, foram auscultados os trabalhadores das instalações do **Parque Eduardo VII**, da **Estufa-fria**, do **Jardim da Estrela**, do **Jardim do Campo Grande**, da **Quinta Contador-Mor**, da **Av. Da Índia**, da **Quinta da Pimenteira**, da **Av. De Ceuta**, da **Quinta Conde D'Arcos**, da **Quinta de São Cristóvão**, da **Quinta da Fonte**, das **Oficinas do Parque de Máquinas** e do **Armazém da Cruz das Oliveiras**.

A recolha de todas as situações que influem negativamente na vida dos jardineiros e jardineiras do município, directamente também com a qualidade do serviço público que corporizam, culminará com a entrega deste *Caderno* ao futuro Executivo municipal que resultará das eleições de 26 de Setembro.

Temos noção que nos momentos de campanha eleitoral (quase) todos os partidos e candidatos à CML se apresentam hipocritamente como defensores dos trabalhadores da autarquia, esquecendo-os logo a seguir à data das eleições.

Da parte do Sindicato, não deixaremos de lembrar quem ao longo dos anos tudo fez para que de facto o serviço municipal dos Espaços Verdes se tenham transformado numa caricatura do que já foi. Dos perto de mil jardineiros da década de noventa do século passado, aos cerca dos actuais 80, muito caminho foi feito

contra os interesses e os direitos destes trabalhadores, como da população de Lisboa no seu direito a espaços verdes e jardins que lhes permita um usufruto da cidade mais saudável e uma qualidade de vida superior.

Da Escola de Jardinagem, reconhecida e valorizada em tempos por (quase) todos no campo da formação de novos jardineiros(as), à sua total inoperacionalidade, muito caminho (não) se fez para que chegássemos a este ponto lastimável. A sua reabertura continua a ser uma prioridade da qual o STML não abdicará.

Alargar o campo de recrutamento; criar melhores condições de trabalho e respeitar os direitos dos trabalhadores; alargar os incentivos remuneratórios de uma profissão altamente especializada e muito necessária a uma cidade com a dimensão e prestígio de Lisboa; investir na aquisição de mais e melhores ferramentas e materiais indispensáveis ao trabalho que é necessário realizar; avançar com a melhoria do actual edificado, em algumas circunstâncias em condições mais do que precárias; ou inverter o rumo desastrosos de uma política que privilegia a concessão – gestão e manutenção dos jardins e espaços verdes – pelo privado em detrimento do público, serão passos indispensáveis para quem no futuro Executivo Municipal assumam as rédeas da governação de Lisboa para os próximos quatro anos.

Por último, o STML decidirá com os trabalhadores dos Espaços Verdes da autarquia, quando e como se entregará o *Caderno Reivindicativo*, sabendo que não estamos perante um mero acto burocrático ou formal, mas antes uma forma de luta que prioriza, acima de tudo, a defesa dos interesses e expectativas de quem este Sindicato representa.

Limpeza Urbana na CML

Reforçar o STML, melhorar a defesa dos direitos dos trabalhadores com a eleição de Delegados Sindicais



Desde Julho último que a nova Direcção do STML tem procurado auscultar todos os trabalhadores da Limpeza Urbana, procedendo à eleição de delegados sindicais onde tal é possível. Assim aconteceu no Posto de Limpeza da Filipe da Mata (período diurno), dos Olivais (período diurno) e da Boavista (período diurno e nocturno). Nos próximos meses, tentar-se-á eleger os representantes locais do Sindicato nos Postos de Limpeza do Restelo (período diurno), de Telheiras (período nocturno) e do Valsassina/NAGE (período diurno e nocturno).

No Centro Operacional de Remoção (COR) e no Núcleo Operacional de Remoção (NOR), ambos nos Olivais, será realizado o mesmo trabalho, procurando a eleição de delegados sindicais nos vários horários de trabalho existentes (manhã, tarde e noite).

Neste sentido, o STML esteve durante o mês de Agosto no Posto de Limpeza do Valsassina, no COR e no NOR, em todos os horários de trabalho do período noturno e diurno. Para além da sensibilização sobre a importância da eleição de delegados sindicais, informou-se e esclareceu-se sobre os mais variados assuntos, além de se registar as questões que neste momento afectam estes locais de trabalho.

Em Setembro prevê-se uma reunião de trabalho com os responsáveis máximos da Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), onde esperamos debater e encontrar respostas aos inúmeros problemas que afectam este serviço público da maior autarquia do país, indissociável da realidade que afecta os homens e mulheres, cantoneiros e motoristas, que todos os dias servem a cidade e a população de Lisboa com uma dedicação incansável. Devem por isso ser tratados com respeito, os seus direitos e expectativas salvaguardados e correspondidos.

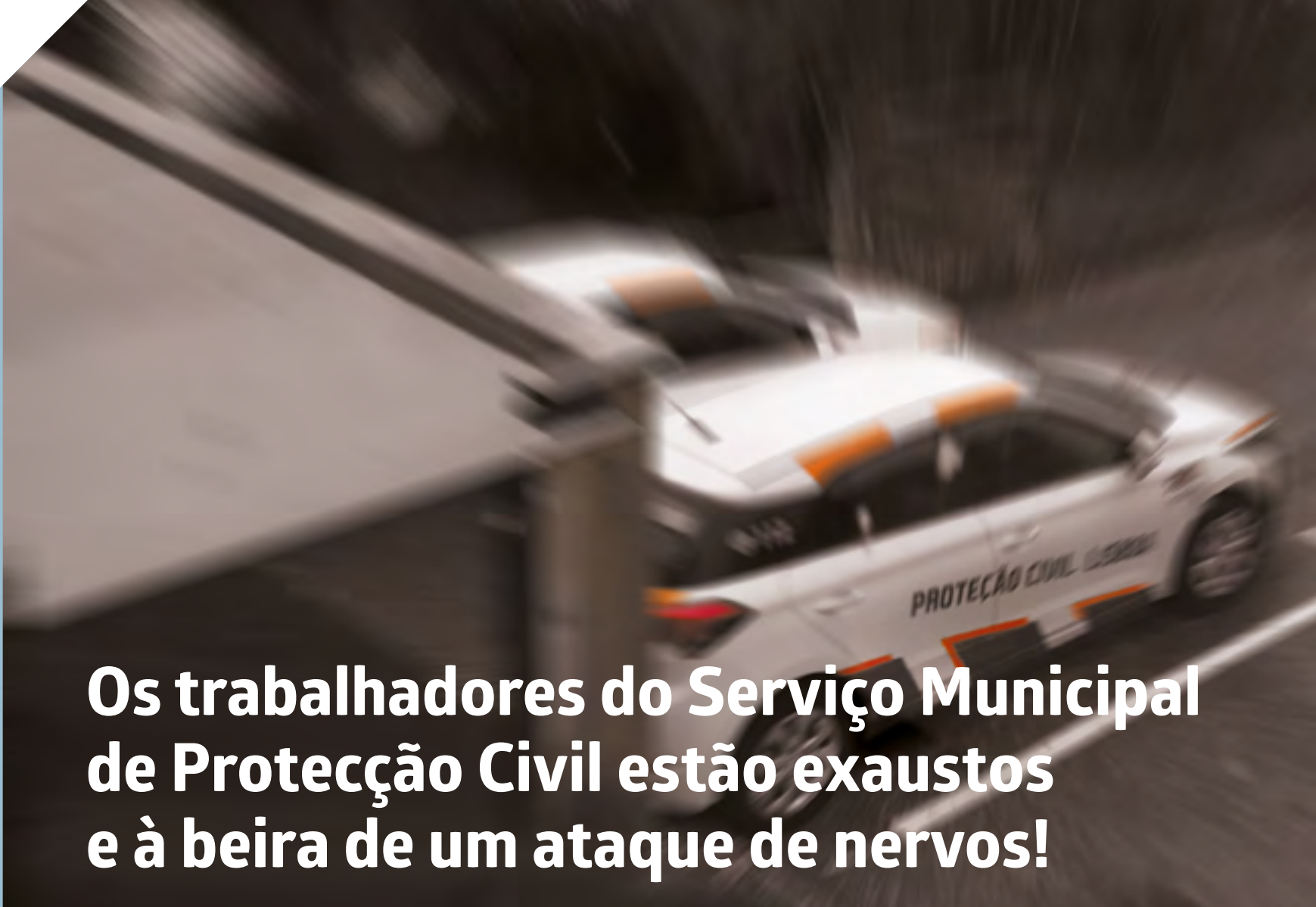
Pertinente relembrar que a 16 de Julho, o STML fez chegar à CML/DMHU um conjunto de situações que interessa corrigir

quanto antes, nomeadamente sobre determinados circuitos de remoção (exemplos do 501, 502 e 509); sobre a recolha em espaços e propriedades privadas na zona dos Olivais, contrariando as regras determinadas pela CML; sobre a recolha de vidro à mão pelos cantoneiros do PL dos Olivais e da necessidade, por esse motivo, em criar um circuito próprio de recolha de vidro; sobre a ausência de condições de trabalho no vazadouro do Parque das Nações; sobre os problemas criados com o actual fardamento (alergias, irritações de pele, etc.); ou ainda sobre a formação profissional interrompida e ainda não retomada, numa dimensão em que o Sindicato reafirma este direito para todos os trabalhadores e não apenas para alguns.

A estes problemas somam-se os conhecidos durante o mês de Agosto, concretamente a ausência de descanso dos cantoneiros ao abrigo do protocolo 'O Companheiro', que há mais de um ano e meio trabalham ininterruptamente; das imposições que se verificam nas escalas ao domingo, fazendo do voluntariado pré-determinado uma obrigação sob a ameaça de castigos futuros ou das transferências para outras funções de trabalhadores em serviços moderados com evidente perda de rendimentos; também o desrespeito pelas indicações médicas (Medicina do Trabalho), prejudicando duplamente a saúde e integridade física dos trabalhadores em causa. Em termos mais recorrentes, a ilegal e incompreensível prática da marcação de 'faltas injustificadas' ao trabalho extraordinário ao sábado.

São de facto muitos os problemas que marcam e afectam os profissionais afectos à Limpeza Urbana e Remoção da CML.

O STML não deixará de actuar em defesa dos trabalhadores que legitimamente representa, sabendo que só organizados, unidos e mobilizados, estaremos em condições de intervir melhor, garantindo por essa via a defesa consequente dos direitos, interesses e expectativas dos trabalhadores de um dos mais importantes serviços públicos municipais da cidade de Lisboa.



Os trabalhadores do Serviço Municipal de Protecção Civil estão exaustos e à beira de um ataque de nervos!

O contexto pandémico pôs a nu muitas das fragilidades dos serviços públicos municipais, vezes sem conta alertadas pelo STML ao longo dos anos, como por exemplo as carências de pessoal ou a ausência de condições de trabalho. Caso paradigmático o que envolve o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) que o STML visitou a 25 de Agosto.

Sabemos que as competências atribuídas a este importante serviço municipal são imensas. Diríamos até que o SMPC é parte essencial no campo da prevenção, segurança e bem-estar de todos aqueles que vivem, trabalham ou visitam a nossa cidade.

Com a pandemia, o SMPC foi sobrecarregado com novas e desafiantes responsabilidades, nomeadamente envolvendo os centros de testagem e de vacinação, o acompanhamento aos lares de idosos e às escolas, ou tudo o que envolve a realização de eventos, independentemente da sua natureza, sob a capa da covid-19 à qual se associam os cuidados e medidas determinadas pelas autoridades de saúde. Acresce o seu envolvimento nos processos de distribuição dos “kits covid” por todos os serviços municipais, a todos os trabalhadores da CML.

Perante este mar de responsabilidades, que atingiu picos extraordinários de actividade durante as fases mais críticas da pandemia, devíamos supor a existência no SMPC de uma equipa multidisciplinar em número capaz de responder a todas as actuais solicitações. Mas não... Existem actualmente apenas 82 trabalhadores (?!). Se associarmos os que se encontram ausentes por motivos legítimos como o gozo de férias, baixa por doença ou assistência à família, este número reduz-se naturalmente em momentos-chave do ano.

Como foi então possível que os trabalhadores do SMPC tenham até agora respondido muito satisfatoriamente a todas as solicitações que o contexto pandémico obriga? Com um desgaste simplesmente enorme. Há trabalhadores que já tiveram que

laborar vinte e uma (21) horas ininterruptamente e outros que alargaram o seu horário por turnos de seis para doze horas.

Por outro lado, agravaram-se ainda os problemas há muito conhecidos sobre condições de trabalho. Do processo iniciado em Dezembro de 2016 com a famigerada decisão do Executivo liderado por Fernando Medina em transferir o SMPC da Praça de Espanha para Monsanto, aos compromissos assumidos pela autarquia, com trabalhadores e STML, ao longo do ano seguinte sobre a criação e o respeito por condições de saúde e segurança no trabalho na Cruz das Oliveiras, pouco ou nada foi feito até agora.

Referimo-nos aos assuntos sobre acessibilidades e transportes públicos; à inexistência de um local de refeições digno e apropriado aos horários de trabalho que no SMPC são praticados; aos problemas com a rede de saneamento aos quais se interligam pragas de melgas ao longo de todo o ano; à presença de salas com humidade sem a devida climatização; ou à ausência de balneários adequados, entre outros problemas ainda por solucionar.

O STML exige o reforço do número de trabalhadores ao serviço da Protecção Civil nas várias carreiras existentes – AO, AT e TS. Também a criação de condições físicas que respondam e respeitem as competências deste serviço e os homens e mulheres que de facto lhe dão corpo e consequência. Só por este caminho se garante efectivamente a prevenção e a segurança da população de Lisboa numa realidade que todos reconhecemos ser pautada por uma complexidade crescente.

Urge **o investimento e a valorização do Serviço Municipal de Protecção Civil e dos seus profissionais**, salvaguardando em todos os momentos a sua saúde e integridade física, algo que neste momento está longe de se verificar.



São Domingos de Benfica, Arroios,

Teve lugar no passado dia 29 de Julho uma reunião entre o Sindicato e o Executivo da Junta de Freguesia **São Domingos de Benfica**, representado pelo seu Presidente António Cardoso. Entre os assuntos debatidos destacamos a conclusão do processo SIADAP relativo ao biénio 2017/18, tendo os trabalhadores que atingiram 10 pontos, recebido os valores das progressões e retroactivos desde Janeiro com os salários de Agosto. Também os dias de férias resultantes da majoração prevista no ACEP em vigor, serão atribuídos.

O Executivo informou que neste momento existe cerca de uma dezena de trabalhadores (Assistentes Operacionais) com Contratos de Prestação de Serviço (recibos verdes), maioritariamente na Higiene Urbana, estando prevista a abertura dum procedimento concursal de admissão, no último trimestre deste ano.

Sobre a renegociação do ACEP, o Executivo transmitiu que concorda genericamente com a proposta apresentada pelo STML, comprometendo-se à sua celebração após as eleições autárquicas. Entre as matérias renegociadas, destacamos a atribuição de 3 dias de férias com avaliação SIADAP positiva.

A 2 de Agosto foi celebrado com a **Junta de Freguesia de Arroios** um novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP). Das matérias acordadas destacamos a atribuição de 3 dias de férias para todos os trabalhadores desta freguesia com avaliação (SIADAP) positiva, assim como o dia de aniversário, o descanso compensatório pelo trabalho prestado em dia feriado e a dispensa por luto para trabalhadores netos e avós, igual aos parentes de 1.º grau, e para os tios e sobrinhos, igual aos parentes de 2.º grau.

Continua a decorrer a renegociação do actual ACEP com a **Junta de Freguesia de Benfica**. Aguardamos neste momento a marcação duma reunião por parte do Executivo para a sua conclusão, agendando desde logo uma data para a assinatura final deste novo Acordo.

Está concluída a renegociação com a **Junta de Freguesia de São Vicente**, faltando a autarquia marcar o agendamento para a sua celebração.

Assuntos Transversais

Desde a transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, concretizada em 2014, ao qual se associa o correspondente aumento dos Mapas de Pessoal, que estas se debatem com falta de quadros técnicos, seja na gestão de Recursos Humanos ou noutras áreas administrativas, com prejuízos no seu funcionamento.

Nas áreas operacionais, devido à aposentação de muitos trabalhadores que transitaram da CML e ao aumento de competências assumidas pelas Juntas, verifica-se uma sistemática carência de pessoal. Apesar da regularização de centenas de trabalhadores com vínculo precário, que ocorreu através do PREVPAP nas diversas autarquias, continua o recurso a Contratos de Prestação de Serviços (vulgos recibos-verdes) para preencher necessidades de serviços permanentes, continuando um ciclo sem fim à vista.

Esta não pode ser a realidade laboral da Administração Local em Lisboa nem do emprego no geral, a irradiação da precarieda-



Benfica, São Vicente

de tem que ser uma prática a levar a cabo, com todos os trabalhadores que desempenham funções permanentes com contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Como é conhecimento público, existe um novo quadro legal sobre a atribuição e pagamento do **suplemento de insalubridade e penosidade**. A lei criada pelo Governo PS apresenta limitações a vários níveis, nomeadamente:

- Exclui inúmeras profissões da atribuição deste suplemento;
- Limita à carreira de assistente operacional;
- Elimina a dimensão do “risco” no novo suplemento.

Contudo, em sentido oposto, também permite regularizar inúmeras situações de grande injustiça que se vivem no universo das freguesias da cidade de Lisboa. Muitos são os trabalhadores que apesar de desempenharem funções idênticas, como a de cantoneiro, não recebem, porém, o suplemento de insalubridade e penosidade.

A nova lei permite repôr alguma justiça sobre a atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade, permitindo que o mesmo seja agora atribuído a todos os trabalhadores das áreas de actividade da limpeza urbana, saneamento e cemitérios. Em termos remuneratórios, o suplemento é discriminado da seguinte forma:

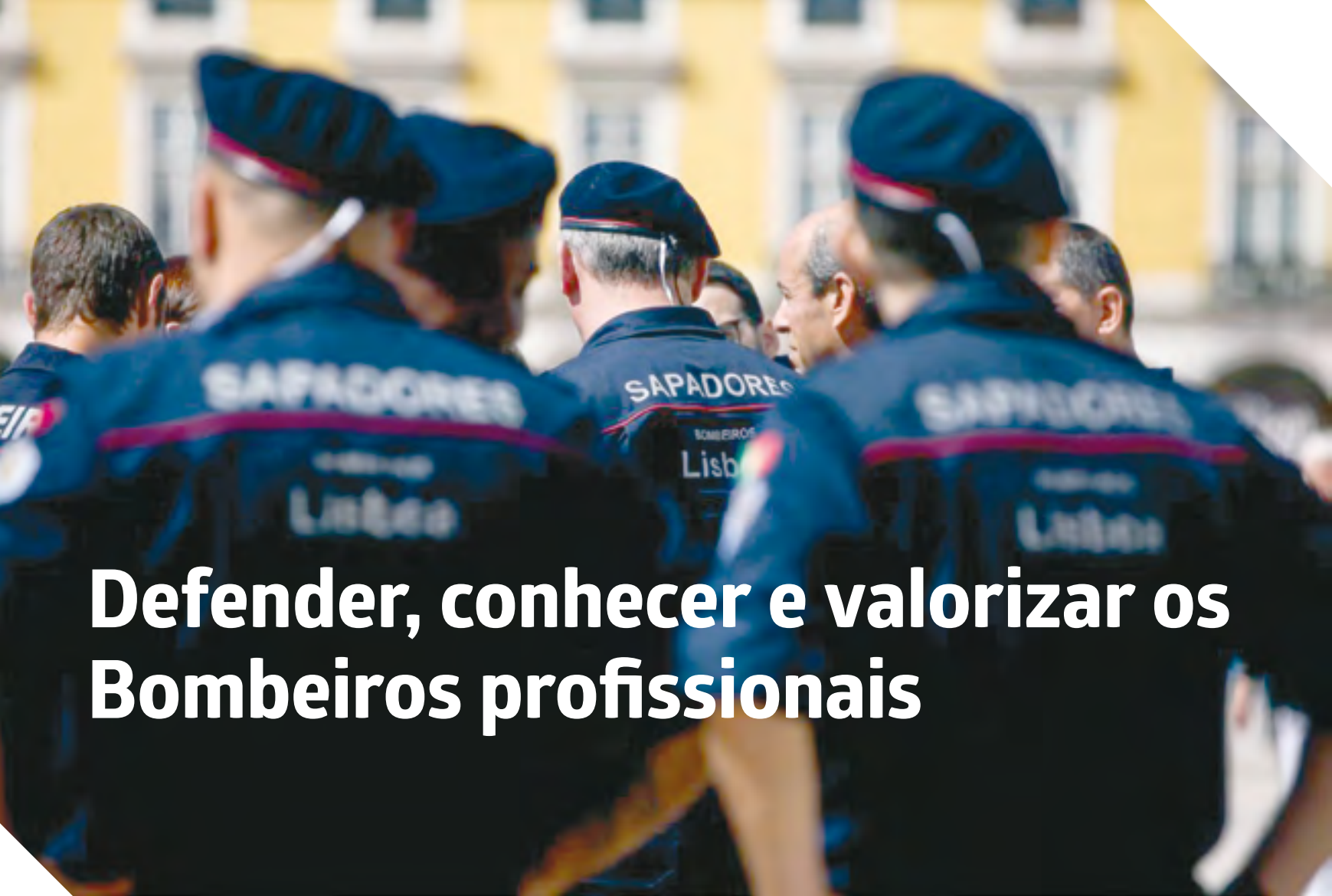
Nível de Penosidade ou Insalubridade	Valor diário
Baixo	3,36€
Médio	4,09€
Alto	4,99€ ou 15%*

Nota: *15% da remuneração base diária quando o nível de penosidade ou insalubridade é alto, desde que essa percentagem não seja inferior ao nível alto, de 4,99€/dia.

Perante este novo contexto, o STML continua a defender:

- 1. Atribuição do suplemento a todos os trabalhadores da carreira de assistente operacional cujas funções sejam desempenhadas em contexto de risco, insalubridade ou penosidade;**
- 2. Para os trabalhadores da categoria de assistentes operacionais em risco alto, deve ser determinado o pagamento por 15% da remuneração base diária, mas assegurando o limite mínimo de €4,99, quando a remuneração do suplemento, naquela percentagem, se situe em montante inferior.**

Perante os Executivos das Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, o STML já apresentou esta proposta, considerando que só por este caminho se valoriza de facto os trabalhadores, cantoneiros e outros.



Defender, conhecer e valorizar os Bombeiros profissionais

De há um bom par de anos a esta parte, tem-se reparado que o legislador, independentemente do mesmo tipo de funções e atribuições técnico-operacionais que marcam o ramo da actividade, tem feito vista grossa aos vários e constantes avisos dados pelo STML, de forma a não misturar, nos mesmos diplomas, bombeiros profissionais da Administração Local e bombeiros voluntários.

De facto, é evidente que o imiscuir, no mesmo âmbito legislativo, profissionais e voluntários, tem sido o pomo de inúmeros constrangimentos, quer no plano operacional, quer, também, numa correcta e justa apreciação técnica, salarial e laboral no que a este ramo de actividade tange.

Atentos e cientes desses constrangimentos, o STML nunca baixou os braços no que a uma justa relação entre uns e outros fosse considerada e feita, nunca aceitando e abdicando que o nivelamento funcional, técnico, operacional e salarial fosse feito por baixo, não concordando também, que nos recentes diplomas, fossem retirados direitos ou sonegadas garantias que pudessem trazer mais justiça sócio-laboral e dignificação salarial ao sector.

No enquadramento destas posições, o PAN, partido político com representação parlamentar, solicitou os nossos contributos relativamente a um Projecto-Lei, de forma a intentar a criação de um estatuto profissional para que a actividade de bombeiro profissional seja reconhecida, através de diploma, como uma profissão de risco e, igualmente, de desgaste rápido, não obstante esta constituir-se igualmente uma profissão insalubre e penosa, à qual se deve associar o ónus muito específico da disponibilidade permanente.

A nossa intenção é discutir estes assuntos em sede própria, quer com o PAN, quer com todos os outros Grupos Parlamentares, conquanto, em reuniões já anteriormente havidas com o

Governo relativamente ao estatuto dos bombeiros profissionais, plasmado no Decreto-Lei n.º 106/2002, o STML sempre defendeu e continua a defender que estes trabalhadores, embora com regime de corpo especial, em nada deveriam ser diminuídos ou restringidos nos direitos que assistem a todos os trabalhadores da Administração Pública.

Na posição do STML enviada formalmente ao PAN, salientámos a importância de que os diplomas a publicar para bombeiros profissionais da Administração Local, deverão ser independentes daqueles que dizem respeito aos bombeiros voluntários. Por outro lado, consideramos também que os ónus que pesam sobre a actividade e, conseqüentemente sobre os profissionais que a exercem, devem estar criteriosamente separados, ou seja, o facto da actividade de bombeiro profissional caracterizar uma profissão de risco, tal condição não se deve imiscuir, para efeitos de suplementos remuneratórios, com o facto de esta ser igualmente penosa e insalubre, ou ainda com o dever de disponibilidade permanente.

Ainda assim, quanto ao desgaste rápido, entendemos que a declaração, como proposto no Projecto de Lei do PAN, se apresenta num conceito que **não se traduz** em nenhum regime de aplicação concreta, embora a actividade e funções destes trabalhadores, pelas especificidades e condições de trabalho que lhes estão associadas, importam um considerável impacto biopsicofísico e sócio-familiar sobre estes profissionais, que deveria ser tratada num diploma específico, com um regime de compensação adequado aos dos impactos associados, designadamente numa justa isenção em sede de IRS, bem como, numa ponderada majoração do tempo de serviço prestado, ajustando ainda a antecipação na idade de aposentação, actualmente estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 87/2019.



Retomado o trabalho conjunto entre o STML e a CML sobre a identificação das profissões de desgaste rápido

Por proposta do STML foi criado em 2017 um Grupo de Trabalho conjunto com a CML com o objectivo de apresentar uma proposta à Assembleia da República que responda a uma reivindicação antiga de milhares de trabalhadores do município, nomeadamente a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido. Matéria que toca em particular os trabalhadores dos sectores operacionais.

Nesse ano de 2017 foram realizadas três reuniões – a 21 de Fevereiro, 10 de Abril e 1 de Junho – tendo o processo sido incompreensivelmente interrompido. Ao longo dos anos seguintes, o STML não deixou de questionar e alertar os responsáveis da autarquia para a importância em retomar estes trabalhos.

No passado dia 10 de Agosto, finalmente, concretizou-se uma nova reunião deste Grupo de Trabalho. Da parte da CML estiveram presentes os dirigentes máximos da Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS), além do actual Director Clínico da Medicina do Trabalho da autarquia.

Considerando o lapso temporal entre as reuniões anteriores – quatro anos e dois meses aproximadamente –, houve novamente necessidade em definir prioridades de análise, em termos sectoriais e profissionais, além da planificação de reuniões que permitam no mais curto espaço de tempo concluir a tão desejada proposta conjunta a enviar à Assembleia da República.

Ficou o DSHS com a responsabilidade na próxima reunião (expectavelmente em Novembro) de apresentar todos os indicadores recolhidos desde 2018 sobre três dimensões essenciais: acidentes de trabalho; doenças profissionais e incapacidades,

temporárias ou permanentes, dos trabalhadores afectos aos vários sectores de forma a estabelecerem-se prioridades para a sua abordagem.

Temos a noção que a realidade do município de Lisboa é imensa, transportando realidades profissionais e número de trabalhadores em nada comparável com outra qualquer autarquia do país.

A expectativa do STML é que em 2022 seja possível alicerçar uma proposta concreta, devidamente fundamentada em termos técnicos e sustentada em dados empíricos robustos, que procure avançar e concretizar a reivindicação que exige a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido, criando neste sentido melhores condições de trabalho e de vida para milhares de trabalhadores, mesmo para além do seu tempo de vida activa.

STML reúne com o Vice-Presidente da CML

No dia 2 de Agosto, decorreu uma reunião entre a Direcção do STML e o Vice-presidente da autarquia. Foram abordados assuntos relacionados com as repercussões da pandemia nos diversos serviços da CML, o teletrabalho e a aplicação do Suplemento de Insalubridade e Penosidade, agora regulamentado, na CML.

O STML continuará a acompanhar estas matérias, entre outras, sabendo que depois das eleições autárquicas, seja qual for 'a cor' do futuro Executivo, não deixaremos de exigir respostas aos problemas sentidos pelos trabalhadores do município. É esse o nosso papel que não se limita e muito menos se define por momentos eleitorais.



Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa



Acordo de Empresa do MARL tem de avançar

O STML convocou, no mês de Julho, um Plenário Geral de Trabalhadores do MARL para, entre outras matérias, consensualizar a proposta definitiva do Acordo de Empresa (AE). Uma oportunidade de dar voz às duas dezenas de funcionários da empresa para debater as mais variadas questões de natureza profissional e, assim, enriquecer o documento a propor.

O AE é a ferramenta ideal para que se consiga regularizar muitas das situações que, há já muitos anos, prejudicam quem trabalha no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

Após reunião com o novo Conselho de Administração (CA) do MARL, em Junho, ficou assente o compromisso de avançar com este processo negocial, cuja finalidade é estabelecer, alterar e melhorar as normas reguladoras das condições de trabalho.

Podem ser incluídas no AE as mais diversas matérias laborais que sejam consideradas centrais e que, comprovadamente, melhorem os diversos níveis da vida profissional destes trabalhadores do Sector Empresarial Público. São exemplo disso os salários, as carreiras, as férias, os horários de trabalho, os suplementos remuneratórios, os direitos de parentalidade, o reforço de pessoal, a contratação e as condições de saúde e segurança no trabalho.

O CA da empresa reconheceu a prática de algumas injustiças que marcam a realidade laboral no Mercado Abastecedor e mostrou igualmente abertura para iniciar a negociação do AE. Este é um processo que precisa da participação de todos os interessados.

Os trabalhadores do MARL podem contar com o STML na construção de soluções para os seus problemas.

Trabalhadores da SRU ainda sem Acordo de Empresa

A SRU tinha nos seus quadros cerca de 20 profissionais em 2018. Em menos de um ano, o número de trabalhadores aumentou significativamente: agora são mais de uma centena. Apesar desta evolução, a empresa municipal manteve a prática de de-

sigualdades salariais, desregulação dos horários de trabalho e inexistência de progressão nas carreiras.

É neste contexto que a celebração do Acordo de Empresa (AE) na SRU assume um papel particularmente relevante para quem ali trabalha. Por isso, o STML mantém o compromisso com os trabalhadores em causa, de tudo fazer para garantir e salvaguardar todos os seus direitos, independentemente do vínculo laboral de cada um.

Este AE, como acontece com todos os acordos do género, será um acto jurídico celebrado entre as entidades representativas dos trabalhadores e a empresa, a partir do qual se estabelecem regras nas relações laborais. Trata-se, pois, de um documento com implicações na vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores.

É, entretanto, urgente avançar, sem mais demoras, com as negociações, por forma a que se concretize, de uma vez por todas, a aprovação do AE.

O STML voltou a solicitar, no passado mês de Julho, uma reunião ao CA da SRU. Lembramos que a proposta de AE já foi enviada à empresa municipal em Dezembro de 2020. Constituiu o primeiro passo para que se iniciasse o correspondente processo negocial. Continuamos à espera que a nova administração proceda rapidamente à marcação do encontro, para que se avance com a tão desejada negociação colectiva.

Trabalhadores da GEBALIS com aumento salarial em 2021

O STML e STAL receberam em Agosto uma contraproposta para os aumentos salariais da Gebalis do Conselho de Administração (CA): 10 euros de aumento para todos os níveis de todas as tabelas salariais e com retroactivos a Janeiro deste ano.

O CA da Gebalis já tinha na sua posse, desde Março, a proposta dos trabalhadores: uma subida de 90 euros para todos os níveis e um salário mínimo de 850 euros. Os sindicatos irão agora auscultar os trabalhadores para saber qual a sua posição sobre o valor avançado pela empresa.



Sobre as alterações feitas pela Gebalis à proposta de Sistema de Avaliação dos Trabalhadores, apresentada pelos sindicatos em 2020, concordamos com as mesmas na generalidade. Mantemos, contudo, a nossa posição: não podem existir quotas de trabalhadores que superam os objectivos estabelecidos.

Continuaremos a trabalhar em conjunto para a implementação de um sistema de avaliação equilibrado. É fundamental que ele seja formativo, transparente, equitativo e justo; que valorize os trabalhadores e respeite os seus direitos à promoção e progressão.

Com o regresso ao regime de trabalho presencial em Setembro, salientamos a importância de cumprir as regras da DGS para manter os locais de trabalho da Gebalis seguros e saudáveis.

A atenção deve ser redobrada nos gabinetes de bairro Padre Cruz, Vale de Alcântara e Alta de Lisboa, bem como em diversos espaços da sede, tendo em conta o número de trabalhadores e a exiguidade dos locais.

As condições físicas na maioria das instalações da empresa, atendendo aos trabalhadores afectos a cada local, não são compatíveis com as recomendações das autoridades sanitárias.

O STML continua a aconselhar, por exemplo, a manutenção do sistema de rotatividade das equipas e a aplicação dos regimes de horário flexível – para os trabalhadores que utilizam os transportes públicos.

STML reúne com o Conselho de Administração (CA) da EGEAC

Quase três meses depois da última reunião (a 13 de Maio), o STML finalmente reuniu, a 10 de Agosto, com o CA da EGEAC. O propósito desta reunião passava por conhecer a contraproposta da administração de aumentos salariais para 2021. Contudo, de mãos vazias apresentaram-se os responsáveis da empresa.

O argumento utilizado foi a não resposta da tutela em relação aos prejuízos expectáveis que a empresa terá neste segundo ano de pandemia. Um processo que ainda decorre, entre a EGEAC e a CML, mas que não terá seguramente andamento a

curto prazo face às eleições autárquicas previstas para 26 de setembro.

O CA argumenta ainda a possibilidade dos aumentos salariais de 2021 terem como referência a taxa de inflação que, no concreto, só se conhecerá no fim do ano.

Face a tantas interrogações, o STML lamenta que os interesses dos trabalhadores, no campo dos seus rendimentos, fiquem reféns de matérias que naturalmente os ultrapassam e, aparentemente, também transcendem os próprios membros da administração da empresa. Será mesmo assim?

Neste sentido, ficou assumido por ambas as partes que a próxima reunião se realize em Novembro-Dezembro, esperando da parte do STML encerrar o processo de 2021 e, simultaneamente, iniciar o de 2022. Questionamos quando será o ano em que a negociação salarial anual, como decorre do Acordo de Empresa (AE), se inicie e termine em tempo adequado face às expectativas do Sindicato e, obviamente, dos trabalhadores que legitimamente representa.

Outros assuntos

O CA transmitiu ainda que em Setembro espera normalizar muitas das situações que resultaram da pandemia, em especial a adopção generalizada do teletrabalho, exceptuando os casos de equipamentos onde laboram mais de 50 trabalhadores (Sede, Museu de Lisboa, Teatro São Luís e Castelo de São Jorge, que continuarão a funcionar em 'espelho'). Naturalmente, estas intenções serão articuladas e em respeito com a legislação governamental sobre esta matéria, não sendo uma informação taxativa.

Por outro lado, continuam com uma prática sustentada a nível da contratação de pessoal, valorizando os casos do Museu de Lisboa, do Padrão dos Descobrimentos e do Museu do Aljube, onde há necessidade de reforço das respectivas equipas. Neste momento, a empresa tem 409 trabalhadores, número que o CA pretende manter – aproximadamente – para os próximos anos.



A certeza das incógnitas...

Muito se tem dito e escrito sobre as condições de trabalho. Muitas páginas estão inundadas, de queixas, de mágoas e de frustrações sobre a melhoria das condições de trabalho, que dignifiquem os trabalhadores que o prestam, que teimosamente continuam a ser esquecidas.

Muitas vezes tem o STML ouvido os trabalhadores e constatado nas suas visitas, as precárias e nefastas condições que são proporcionadas a todos quantos diariamente têm por missão com o seu labor, assegurar aos cidadãos as respostas em tempo a que os mesmos têm direito e que não raras vezes, implica que a sua dedicação, resiliência espírito de sacrifício, ultrapasse tudo o que se poderia esperar de um simples assalariado, mal pago, desrespeitado, desvalorizado e esquecido.

Nos tempos de pandemia, que continuamos a viver, essas evidências têm ainda sido mais gritantes; da higiene urbana à protecção civil, da cultura aos serviços administrativos, das áreas inspectivas aos bombeiros, todos estes homens e mulheres continuam a viver num mar de “INCÓGNITAS” de perguntas não respondidas, de objectivos não definidos, de caminhos enviesados de insegurança garantida.

Ao aproximarmo-nos de mais uma eleição para as autarquias, e ouvido os primeiros debates dos candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, constatámos a primeira grande “CERTEZA”: que os seus trabalhadores, afinal aqueles que dão corpo à implementação das políticas do município e são a sua imagem, parecem ser o parente pobre para a maior parte dos candidatos, não para todos, mas quase todos. Os trabalhadores apresentam-se assim como qualquer coisa descartável, que apenas está lá para adornar ou compor o ramalhete, como se costuma dizer, ou ser o bode expiatório que se utiliza quando absolutamente necessário.

Afinal é graças a este esquecimento político, sobretudo daqueles que têm governado a cidade e as freguesias da nossa capital, e que em última análise são os verdadeiros responsáveis por tantos dos problemas que existem e subsistem nos nossos locais de trabalho, que as opiniões emitidas pelos trabalhadores reflectem o seu descrédito em todo o sistema vigente e/ou a sua melhoria.

Esta é infelizmente a maior das conclusões que podemos retirar dos périplos pelos diversos locais de trabalho que o STML continua a fazer. Verificamos com tristeza, que apesar do empenho, dedicação e profissionalismo dos trabalhadores em prol do Serviço Público, e de apoio aos cidadãos, que os mesmos estão amargurados, descrentes, tantas vezes sós e entregues à sua sorte.

A nossa “CERTEZA” de Sindicato preocupado com todos os trabalhadores do Município de Lisboa, é que seja quais forem as “INCÓGNITAS” com que nos deparemos, iremos continuar sempre a actuar na defesa intransigente dos direitos de todos nós, de ter uma vida melhor para as nossas famílias e para os demais cidadãos que servimos.

Nestes últimos dois meses de férias estivemos nas bibliotecas de Camões, Alcântara, Belém, Galveias, Orlando Ribeiro, Penha de França, Marvila. E ainda à Hemeroteca, SATT, Campo Grande e Protecção Civil.

Iremos continuar por outros locais, que oportunamente serão divulgados, dando uma especial atenção às condições de segurança e de higiene no trabalho, sobretudo agora que se está a pretender que os trabalhadores retomem o trabalho presencial.

**Nós estamos atentos!
Está tu também.**



Os Reformados e as consequências da pandemia

A pandemia da doença COVID-19 atingiu em força toda a sociedade e reflectiu-se negativamente na vida de todos. No entanto, não podemos ignorar que as consequências foram mais gravosas para alguns sectores da sociedade, como é o caso dos idosos.

Em primeiro lugar, porque desde o início se soube que este grupo etário era particularmente vulnerável aos efeitos da doença; em segundo lugar porque, com a evolução da situação pandémica, se verificou que os idosos institucionalizados em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas estavam em verdadeira situação de risco perante a doença, assistindo-se a uma multiplicação de situações de doença muito grave e de óbitos.

Por outro lado, com a declaração de sucessivos estados de emergência, a obrigação de permanência no domicílio e a necessidade de manter o distanciamento social e de isolar do convívio especialmente os idosos para os proteger da doença, intensificou o seu isolamento, com a separação de filhos e netos e uma quase total ausência de contactos sociais e afectivos, registando-se uma inevitável deterioração do estado mental e emocional das pessoas idosas, muito prejudicial à sua saúde e bem-estar.

Finalmente, com o alastrar da doença e o aumento dos internamentos que levaram ao limite das capacidades do SNS, o acesso aos cuidados de saúde tornou-se particularmente difícil. Nos centros de saúde registou-se uma descontinuação do atendimento normal e/ou uma grande dificuldade de acesso, afastando os cidadãos, nomeadamente os doentes crónicos, das suas consultas de rotina; muitos hospitais cancelaram consultas externas de especialidade, tratamentos e cirurgias; o acesso a urgências hospitalares para doentes não COVID tornou-se praticamente impossível, sobretudo nos momentos de pico da

pandemia. Mais uma vez, foram as pessoas idosas as mais afectadas, com prejuízo para o seu estado de saúde e para a sua sobrevivência.

Por outro lado, o encerramento de centros de dia, universidades sénior e outros equipamentos de apoio à terceira idade, bem como a interdição de permanência em parques e jardins, conjugado com a obrigação de permanecer no domicílio e o afastamento dos familiares, fez aumentar a solidão e o isolamento social daqueles que vivem autonomamente, contribuindo para a degradação da sua saúde mental e emocional.

No essencial, a situação epidemiológica revelou um conjunto de problemas e vulnerabilidades que afectam as pessoas idosas e que têm vindo a agravar-se, com destaque para a desresponsabilização do Estado na criação de uma rede pública de equipamentos sociais e consequente existência de instituições muito diferenciadas, proporcionando condições muito distintas e frequentemente deficitárias, nomeadamente em termos de recursos humanos e técnicos e de condições logísticas, sendo de assinalar a sobrelotação de alguns destes equipamentos, a insuficiência de uma rede de serviços de apoio domiciliário adequada às necessidades das pessoas idosas, a deficiente articulação entre os serviços de saúde e de segurança social no que toca aos cuidados a pessoas idosas, as deficiências do Serviço Nacional de Saúde, debilitado por vários anos de falta de investimento em equipamentos e recursos humanos e técnicos, a fragilidade e insuficiência da rede de cuidados continuados integrados, as deficientes e até precárias condições de habitação de muitas pessoas idosas.

(Excerto do Documento de Apoio à 9.ª Conferência da Inter-Reformados CGTP/IN, realizada em 16-4-2021)



A luta por melhores salários saiu à rua em Julho!

A luta pelo aumento geral dos salários, entre outras reivindicações, teve expressão de rua no dia 15 de julho, com a concentração convocada pela CGTP-IN para o Largo de Camões e manifestação até à Assembleia da República.

Como na altura afirmámos, um governo que **não valoriza** salários e suplementos condenando os trabalhadores a um ciclo crónico de diminuição do seu poder de compra, ou **nada faz sobre a imprescindível revogação do siadap**, para além de declarações na comunicação social, só pode merecer dos trabalhadores do sector público o caminho da contestação e da luta.

Forem muitos os trabalhadores que neste dia demonstraram a sua força, dando corpo e consequência às reivindicações que há muito têm sido ignoradas por sucessivos governos, em particular pelo PS nos últimos anos.

O aumento geral dos salários; a revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU); a revogação do SIADAP; a atribuição e/ou actualização para os montantes máximos, do suplemento da insalubridade e penosidade; a regulamentação das profissões de desgaste rápido; a actualização de todos os suplementos remuneratórios; a definição do teletrabalho em torno dos 'custos e dos meios de produção'; ou a quotização para a ADSE em 1,5% sobre 12 meses; entre outras matérias, continuarão a ser os motivos principais para a luta organizada dos próximos tempos. Não se baixarão os braços até que os nossos direitos e as nossas vontades sejam respeitados.

Grande Encontro Sindical encerra as comemorações dos 50 Anos da CGTP-IN

A Pandemia não inviabilizou o programa definido, nem pode servir de pretexto para suspender os direitos dos trabalhadores ou a actividade dos sindicatos. Hoje, perante os desafios que temos pela frente, temos que nos unir e bater pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

A CGTP-IN encerra as comemorações do seu Cinquentenário com um grande **Encontro Sindical**, que terá lugar no próximo dia **7 de outubro, na Aula Magna**, a partir das 10 horas.

O Conselho Nacional da CGTP-IN vai estar presente, bem como os Dirigentes de todos os sindicatos do Movimento Sindical Unitário (MSU). Foram também convidados a marcar presença ex-dirigentes, representantes das Coordenadoras das Comissões

de Trabalhadores (CT) e das próprias CT. São esperados mais de 900 participantes, que serão recebidos com toda a segurança, como a Central Sindical já demonstrou inúmeras vezes ter capacidade para garantir.

O programa das comemorações teve que ser adaptado ao quadro pandémico que se instalou no país no início de 2020, prolongando-se no tempo e ajustando-se às medidas de segurança sanitária estabelecidas pela DGS. Mas foi sendo concretizado, com responsabilidade, cumprindo os objectivos pretendidos: dar a conhecer a história da CGTP-IN; destacar e valorizar a participação organizada dos trabalhadores para a consolidação da democracia e o desenvolvimento do país; promover o debate e a reflexão sobre "velhos" e novos desafios, como a desregulamentação laboral, a precaridade, os baixos salários, o desemprego dos mais jovens e mais qualificados, o teletrabalho ou a robotização, etc.; e combater divisões, derivadas do medo, da indiferença ou do egoísmo, mobilizando todos para a luta, porque unidos somos mais consequentes.

Assim o deixamos demonstrado nas muitas intervenções realizadas, com os trabalhadores e os seus sindicatos, nas empresas e nos serviços do Estado, e também nas ruas e praças, por todo o país, onde se desenrolaram dezenas de concentrações e manifestações de reivindicação e protesto.

Do programa comemorativo do Cinquentenário da CGTP-IN recordamos a **Exposição Comemorativa central**, inaugurada na Praça Luís de Camões, em Lisboa, a 28 de Setembro, e que depois esteve patente Porto e em Setúbal; a **Exposição itinerante** que percorreu o país; o **jantar de Aniversário**, no INATEL, da Costa da Caparica; o **lançamento do 3º volume da obra "Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical"**; na Casa do Alentejo, a 29 de Outubro; os **debates, "CGTP-IN — das Raízes à Actualidade, Sindicalismo do Presente para o Futuro"**, na Casa do Alentejo, a 16 de Março, e **"A Efetivação dos Direitos, Liberdades e Garantias Constitucionais"**, no Cineteatro Municipal de Matosinhos, a 8 de Julho; e a **Exposição de Artes Plásticas**, na Sala do Risco, em Lisboa, que juntou obras de mais de 60 artistas.

Lembramos ainda que no próximo dia **16 de setembro**, terá lugar, em Coimbra, **3º debate** programado, **"Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado num Portugal de Progresso e Justiça Social"**.



LIVRO VERDE 2021

Diagnóstico incompleto sobre o futuro do trabalho

O Governo apresentou em Março, o Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho com o intuito de rever a regulação de várias matérias laborais. Entre elas, o teletrabalho, o emprego nas plataformas digitais, o uso de algoritmos e as transformações para prevenir os efeitos das alterações climáticas.

Já houve três livros verdes para o trabalho (2006, 2009 e 2016). Todos patrocinados por governos socialistas. Mesmo assim, e com a quarta versão a caminho, ainda não foi possível construir uma agenda de reforma com base no diálogo social. Recorde-se que assistimos a uma pesada desregulação laboral entre 2011 e 2015. Retrocesso mantido pelos actuais responsáveis políticos.

O novo documento identifica problemas e desafios. Todavia, apenas sinaliza caminhos demasiado vagos ou é omissivo em questões que exigem mudanças fortes. Por exemplo, defende a penalização do recurso excessivo à contratação precária, mas sem apresentar soluções reais.

As novas formas de prestar trabalho são abordadas neste *Livro Verde*, onde o teletrabalho é apontado como um regime que poderá ser mais utilizado. Reconhece que a regulação em vigor é insuficiente, mas não são definidas propostas ou critérios exigentes de protecção dos trabalhadores. Não são apresentadas, nomeadamente, medidas para impedir a conexão permanente e invasão do tempo de descanso; assegurar o direito à privacidade; e proteger o direito à participação nas estruturas de representação colectiva.

Quanto ao trabalho realizado a partir de plataformas digitais, que ressuscita práticas de exploração do século XIX, necessita também de ser regulado. Isto com a integração no quadro la-

boral vigente, obrigando as grandes empresas detentoras das plataformas a cumprir a lei.

As propostas apresentadas no *Livro Verde* baseiam-se, implicitamente, no princípio de que o futuro do trabalho assenta na flexibilização. Através da diluição da distinção, por exemplo, entre trabalho subordinado e independente; ou quando se fala do tempo de trabalho, remetendo a discussão para o direito à desconexão, já consagrado na lei.

Impõe-se uma política pública perante transformações profundas e uma falta gritante de regulação. O Governo tem alinhado apenas em mudanças tímidas, indicando o *Livro Verde* como uma referência para as iniciativas que venha a tomar.

Esperamos que os contributos dos representantes dos trabalhadores sejam incorporados na versão final. O executivo não tem assumido, contudo, um compromisso claro para a implementação de políticas públicas que respondam cabalmente aos problemas e desafios colocados.

As causas da elevada precariedade, dos baixos salários, da crescente desregulação dos horários de trabalho, do desrespeito por alguns dos mais elementares direitos dos trabalhadores ou do enfraquecimento da contratação colectiva não são, lamentavelmente, o foco das preocupações que constam do Livro Verde.

Este fica aquém duma análise rigorosa à situação laboral, que tem de ser feita à luz do quadro específico português, do mercado de trabalho, das nossas empresas e condições de vida profissional e familiar dos trabalhadores. A Constituição e o ordenamento jurídico do trabalho e da Segurança Social nacionais devem ser considerados em detrimento de uma análise virada para orientações e estudos europeus, refletindo outras realidades.



Teletrabalho – que futuro?

Desde o início da actual pandemia, o teletrabalho e a sua obrigatoriedade tem sido utilizado como estratégia para a contenção da propagação dos contágios. Na prática favorece o confinamento/isolamento, evitando as deslocações dos trabalhadores abrangidos, assim como o seu contacto com outros. Parece uma fórmula mágica que, numa observação simplista, parece agradar a um vasto leque de pessoas: trabalhadores, empregadores e às autoridades de saúde.

Enquanto se discute em sede de especialidade na Assembleia da República as diversas propostas apresentadas pelas diversas forças políticas, sem se saber ao certo qual o modelo e/ou modalidades que irão prevalecer, o que se tem por certo é que o teletrabalho, de uma forma ou outra veio para ficar, com tudo o que possa ter de positivo e de negativo para todos os envolvidos, começando pelos trabalhadores. Assim, e nesta perspectiva, o futuro do teletrabalho parece estar assegurado, mas o mais importante neste momento, para os trabalhadores e a incerteza porque passam, é o de saber “como” irá realmente ele vigorar!

Sabemos que muitos veem nesta fórmula, mais um caminho para aumentarem os seus lucros através da diminuição dos seus custos e encargos. Também é evidente as maiores facilidades *para quem manda*: trabalhadores mais isolados, com menos direitos, em situação mais precária e mais fáceis de controlar. O teletrabalho é então sobrevalorizado, enaltecido nas suas pretensas qualidades como os ganhos de tempo e uma melhor gestão da vida profissional com a vida pessoal e familiar, sem esquecer a diminuição dos custos com deslocações.

Não nos enganemos

Atrás de um discurso enaltecendo todas as vantagens desta modalidade, escondem-se muitas vezes propósitos bem mais obscuros e sombrios. Devemos sempre desconfiar quando um

“patrão” defende com unhas e dentes um determinado caminho para os seus trabalhadores. A lógica da conciliação entre interesses por natureza antagónicos, resultam sempre em atropelos aos direitos e expectativas de quem trabalha. Uma lição que a História não se cansa de nos repetir, ontem como hoje.

Na função pública, tem-se assistido a um grande incremento nesta matéria. Veja-se, a título de exemplo, a percentagem média diária dos trabalhadores na CML em teletrabalho desde o início da pandemia, ultrapassando os 80%. Mesmo num contexto em que os responsáveis da autarquia têm arrastado a resposta a uma série de problemas que decorrem desta forma de organizar o trabalho: quem suporta os ‘custos e os meios de produção’; como se estabelece o controlo e o respeito pelo horário e pelas condições de trabalho; como se acompanha e se resolvem os constrangimentos associados a acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais, entre outras matérias.

Chegados aqui, a pergunta que se impõe; o que justifica haverem tantos trabalhadores da CML em teletrabalho (ou trabalho à distância), quando é do conhecimento geral as dificuldades (falta de meios) com que os mesmos são confrontados (em numerosos casos), para poderem assegurar de forma eficaz e adequadamente a prestação do seu trabalho?

Enquanto se menosprezarem as condições no local de trabalho, se forem enxotando os trabalhadores para residirem nas periferias, enquanto se privilegiarem salários baixos e o individualismo no trabalho, enquanto o local de trabalho permanecer pouco atractivo, o “futuro do teletrabalho” está assegurado com tudo o que isso implica e evidencia: o desrespeito por quem trabalha!

1 Energia, gás, telecomunicações, internet, computador, scanner, telemóvel, material e consumíveis de escritório, etc.



Lei do Orçamento de Estado 2022

– o que se perspectiva, mas principalmente o que se exige!

Com a execução do Orçamento 2021 ainda por cumprir, em muitos dos pontos essenciais para as famílias e para os trabalhadores portugueses, como são os casos da gratuidade das creches, de várias questões referentes ao Serviço Nacional de Saúde ou o caso do subsídio de risco para as forças de segurança e já temos a Proposta de Lei do Orçamento do Estado 2022 (LOE) à porta e, neste sentido, urge saber que implicações terá na nossa vida, implicações decorrentes de alterações na legislação laboral, nas políticas de proteção social e no Serviço Nacional de Saúde, na carga fiscal sobre as classes média e média baixa e no aumento salarial da Função Pública, se perspectivam?

Em termos de legislação laboral importa, entre outros aspetos, que a LOE dê voz à luta dos trabalhadores das plataformas digitais (Uber, Glovo, etc.) de modo a que estes sejam reconhecidos como trabalhadores por conta de outrem (e não como trabalhadores independentes, situação que se verifica actualmente) e assim tenham uma situação laboral com dignidade e uma proteção idêntica à de todos os trabalhadores (horário, direito a férias, dias de descanso ou baixa por doença).

A proteção social, por seu turno, carece de investimentos no que diz respeito ao combate à pobreza e, neste sentido, aguardam-se medidas que promovam um aumento substancial do abono de família a famílias que auferam o salário mínimo ou menos, o que, dada a dimensão da pobreza em Portugal, que não se restringe a quem recebe o salário mínimo, nos parece uma medida que, a suceder, peca por diminuta.

Quanto ao SNS é urgente que este seja um dos sectores prioritários a ser dinamizado, para que responda à sua função constitucional de garantia da saúde dos portugueses. Se há algo que a pandemia Covid-19 demonstrou, é que não há outra solução para a saúde pública que não passe pelo SNS. Neste sentido, é necessário e urgente contratar mais profissionais de saúde e investir em meios físicos e tecnológicos.

A diminuição da carga fiscal que pesa sobre as classes média e média baixa também é uma questão que preocupa a maioria dos portugueses e nesse sentido é essencial saber se vão ou não surgir medidas neste sentido?

Outra questão, que diz directamente respeito ao universo dos trabalhadores do Município de Lisboa, é a questão do aumento salarial previsto para a Administração Pública, um aumento salarial condigno que tarda, mas que urge para marcar um virar de página na degradação salarial e, por conseguinte, na degradação das carreiras na administração pública que se tem vindo a verificar desde a reforma administrativa de 2004, que implementou o malfadado SIADAP. Neste âmbito, perspectivam-se de facto meses de luta, caso os aumentos salariais não se verifiquem, ou sejam meramente simbólicos como tem sucedido nos dois últimos anos.

Por último e para além das questões aqui levantadas, outras como a política de transportes, mobilidade, habitação, ambiente e combate às alterações climáticas também se revestem de grande importância.



Avança-se na discussão e apresentação ao Governo da PRC/2022

Tem estado em discussão, nos diversos sindicatos que integram a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), a Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2022, que será apresentado ao Governo. Este é um documento fundamental onde ficarão expressas as principais reivindicações, pelas quais os trabalhadores da Administração Pública (AP) lutarão.

O aumento dos salários é uma questão central para os trabalhadores em geral e, principalmente para a grande maioria dos da AP que há 11 anos não têm qualquer aumento real. Defendemos que o salário mínimo seja de €850 com um aumento de €90 para todos os trabalhadores.

Outra questão essencial é a revalorização da Tabela Remuneratória Única (TRU). Devido ao aumento sucessivo do Salário Mínimo Nacional (SMN), ainda que insuficiente, as primeiras posições da TRU (2ª, 3ª e 4ª) foram absorvidas pelo SMN. Na prática, assistiu-se à injustiça de trabalhadores com mais de 20 anos de serviço receberem, ainda hoje, o valor determinado pelo SMN.

Por outro lado, a manter-se esta política salarial, não tarda que mais posições remuneratórias sejam também absorvidas pelo SMN. A forma de repor justiça nos salários dos trabalhadores do sector público, passa pela valorização de todos os níveis remuneratórios da TRU, mantendo as diferenças existentes inicialmente.

Em relação ao Suplemento de Insalubridade e Penosidade, finalmente regulamentado, exigimos a contemplação do Risco,

a aplicação às restantes carreiras da Administração Pública e a todas as actividades que comportam estas dimensões e, inexplicavelmente, não foram contempladas. Nos organismos em que este suplemento já era atribuído, exigimos a sua manutenção. Também é necessário a actualização dos valores atribuídos.

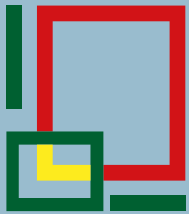
Exige-se ainda a revogação do SIADAP, sendo substituído por um sistema de avaliação justo e sem quotas; a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido; a introdução de mais escalões no IRS; o aumento do subsídio de refeição; a reposição do valor do trabalho extraordinário e a redução do desconto para a ADSE para 1,5% em 12 meses, enquanto algumas das reivindicações que destacamos da PRC para 2022.

A FCSAP vai convocar uma cimeira para o dia 29 de Setembro na qual concluirá e aprovará a versão final da PRC para 2022, que entregará nesse mesmo dia ao Governo. Esta ação contará com a participação de dirigentes e outros activistas dos sindicatos da Frente Comum.

O Orçamento do Estado para o próximo ano será entregue e votado na generalidade previsivelmente na primeira quinzena de outubro, passando à discussão na especialidade e sendo por fim votado, na definitiva e globalmente, no início de novembro. A Frente Comum convocará certamente uma grande ação de luta com os trabalhadores da administração pública, com o objectivo de afirmar as nossas justas reivindicações e a defesa, investimento e ampliação dos Serviços Públicos.

Autárquicas 2021

Razões válidas para a mudança em Lisboa



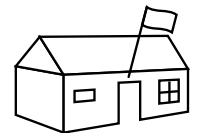
ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS 2021



Câmara Municipal



Assembleia Municipal



Junta de Freguesia

Depois de 14 anos à frente dos destinos da Câmara Municipal de Lisboa, basta ouvir o PS de Costa e Medina para perceber que, afinal, muitos dos problemas com dezenas de anos que vêm marcando o quotidiano da cidade estão por resolver. Ao que consta, pelas promessas escutadas, “agora é que é!” Contudo, os lisboetas estão cansados de assistir ao agravamento dos problemas de acesso à habitação, à agudização do fenómeno da gentrificação ou à cada vez mais flagrante cidade a duas velocidades. A mudança nunca foi tão urgente.

No número anterior de *O Trabalhador do Município de Lisboa* questionávamos cada um dos nossos leitores a refletir sobre “a quem serve esta cidade”. Propusemos alguns temas de debate que nos parecem ter vindo a agravar, ano após ano, as condições de vida dos lisboetas, como as obras de cosmética ao serviço, sobretudo, dos interesses imobiliários e do turismo de massas, mas também os anacronismos da política de mobilidade que parece assentar única e exclusivamente na “plantação” de ciclovias, descurando a efectividade do transporte público.

Em plena campanha para a CML, Fernando Medina lá vem, mais uma vez, com a eterna promessa de resolver o problema da habitação em Lisboa e consequentemente atrair os jovens para morar na cidade. Ora, como sublinhámos, desde 2007 que o PS vem “prometendo” a “solução”, mas o que é certo (e os dados são dos últimos CENSOS) é que Lisboa continua a perder habitantes. São quase 50 mil, só nos últimos dez anos.

Com a perda de habitantes que, década a década, vem marcando os números dos CENSOS, é uma cidade que definha e se torna cada vez menos plural e inclusiva. A gentrificação não representa apenas deixar de haver gente a viver na cidade. Esse fenómeno concreto impede o desenvolvimento harmonioso de Lisboa, fomenta a criação de guetos (de um lado, os dos ricos, do outro os dos menos favorecidos) e torna a cidade cada vez mais propensa ao domínio da especulação imobiliária que, aliás, a política de urbanismo da CML ao longo de mais de uma década tem privilegiado.

Sinal do declínio de Lisboa passa também pela mobilidade dos lisboetas e de todos aqueles que diariamente vêm à cidade para trabalhar (são, convém não esquecer, a esmagadora maioria e é preciso não esquecer que grande parte saiu de Lisboa devido, precisamente, ao custo da habitação).

Apesar da “cidade verde” e da promessa da neutralidade carbónica, mantem-se a falta de condições efectivas e incentivos positivos para uma menor utilização dos automóveis. Em Lisboa continua a faltar um claro e prévio reforço dos transportes públicos, embora se comece a avistar no futuro a expansão da rede de metro e a chegada de novos veículos à Carris. Contudo, faltam parques dissuasores à entrada da cidade (e, atenção, a preços simbólicos!) para evitar que os carros entrem em Lisboa e tornem insuportável a circulação nas principais artérias.

Ao fim de mais quatro anos de governação PS (desta vez ao lado do Bloco de Esquerda) aquilo que fica é a sensação de se terem adoptado políticas demasiado erráticas, sinal de existência de falta de compromisso com a generalidade dos lisboetas. Medina deixou-se encantar pelo fluxo incessante de turistas, pelas modernas construções assinadas pelos grandes gabinetes de arquitectura ou pelos faustosos novos passeios das Avenidas Novas, deixando entregue à sua sorte vastas franjas de território, algumas delas depressa atacadas pelos interesses especulativos do imobiliário, que chegaram lá bem mais depressa do que os responsáveis camarários (veja-se a pressão que se faz sentir sobre a zona velha de Marvila, por exemplo).

Atente-se, portanto, no voto nestas eleições autárquicas de 26 de Setembro. Lisboa tem de ser uma cidade aberta a todos. Lisboa merece uma política diferente, virada para as pessoas que a habitam, para as pessoas que chegam em trabalho ou em lazer. São as pessoas reais que fazem a cidade, não os interesses de uma elite que, infelizmente, tem vindo a ditar os destinos da nossa Lisboa.

Aviso à Navegação

Joaquim Namorado

Alto lá!
Aviso à navegação!
Eu não morri:
Estou aqui
na ilha sem nome,
sem latitude nem longitude,
perdida nos mapas,
perdida no mar Tenebroso!

Sim, eu,
o perigo para a navegação!,
o dos saques e das abordagens,
o capitão da fragata
cem vezes torpedeada,
cem vezes afundada,
mas sempre ressuscitada!

Eu que aportei
com os porões inundados,
as torres desmoronadas,
os mastros e os lemes quebrados
- mas aportei!

E não espereis de mim a paz...

Aviso a navegação:
Não espereis de mim a paz!

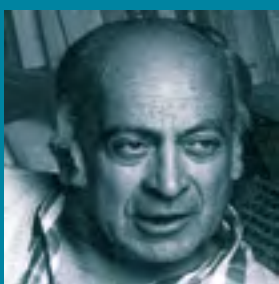
Que quanto mais me afundo
maior é a minha ânsia de salvar-me!
Que quanto mais um golpe me
decepa
maior é a minha força de lutar!

Não espereis de mim a paz!

Que na guerra
só conheço dois destinos:
Ou vencer – ai dos vencidos! –
ou morrer sob os escombros
da luta que alevantei!
– (Foi jeito que me ficou:
não me sei desinteressar
do jogo que me jogar.)

Não espereis de mim a paz,
aviso à navegação!

Não espereis de mim a paz
que vos não sei perdoar!



Joaquim Vitorino Namorado (1914-1986) foi um dos iniciadores e teóricos do movimento neorrealista em Portugal e colaborou nas revistas *Seara Nova*, *Vértice*, *Sol Nascente*, *O Diabo*, entre outras.

Foi militante do PCP desde os anos 30. Toda a acção de Joaquim Namorado, poética, ensaística, doutrinária ou cultural, se desenvolve a partir do reconhecimento do papel do intelectual na divulgação da cultura enquanto instrumento de consciencialização do povo, dotando-o de apetrechos para se elevar e, conseqüentemente, se libertar politicamente.

Esteve várias vezes preso por motivos políticos (a primeira em 1938). Em 1943 foi um dos organizadores em Coimbra do MUNAF. Em 1948 fez parte da comissão concelhia de Coimbra de apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Entre 1944 e 1948, lecionou em colégios de Coimbra, mas o diploma de professor do ensino particular foi-lhe retirado e ficou impedido de desempenhar funções públicas (situação que só se alterou depois do 25 de Abril). Entre 1950 e 1959, esteve na clandestinidade (em fuga à PIDE) e, em 1962, voltou a ser preso pela polícia política, tendo ficado em prisão no Forte de Caxias.

A 16 de Março de 1983 foi feito Oficial da Ordem da Liberdade. Igualmente a Assembleia Municipal e o Executivo da Câmara Municipal de Coimbra deliberaram, por unanimidade, atribuir-lhe a Medalha de Ouro da Cidade, durante as comemorações do 5 de Outubro.

Relembramos que este espaço é disponibilizado aos associados. Aqui poderão divulgar as suas aptidões para a poesia, quem sabe para uma opinião crítica sobre os problemas que marcam o nosso tempo, ou até para alegorias nas suas várias expressões. Quem aceitar o desafio, poderá remeter as suas propostas para stml@stml.pt ao cuidado do **Corpo Redactorial d'O Trabalhador do Município de Lisboa**. Ficamos a aguardar os vossos contributos.